

**REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES
DE CARL ROGERS PARA A PSICOLOGIA
COMUNITÁRIA**

**Emanuel Meireles Vieira
Verônica Morais Ximenes**

Falar de possíveis contribuições de Carl Rogers para a Psicologia Comunitária não se constitui como tarefa simples. Aliás, este tema está longe de ser uma unanimidade para aqueles que trabalham nessa área da Psicologia. Este trabalho parte, portanto, da pergunta: “que contribuições Rogers tem a oferecer para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária?”. Tem como importante referência os trabalhos de Góis (1994; 2003), nos quais Rogers é citado como autor importante para a Psicologia Comunitária, e intenta aprofundar esta discussão.

Para tanto, iniciaremos falando um pouco do percurso que Rogers realizou em sua carreira, partindo da clínica diagnóstica com as “crianças-problema”, até chegar à mediação de conflitos internacionais, como na África do Sul, à época do apartheid. Posteriormente, situaremos o modo como o trabalho de Rogers aparece na Psicologia Comunitária no Brasil e restante da América Latina, dando ênfase especial à Psicologia Comunitária concebida por Góis. Por fim, abordaremos que especificidades da obra de Rogers atravessam a Psicologia Comunitária.

I. UM PEQUENO HISTÓRICO DO TRABALHO DE ROGERS

Se for perguntado a algum estudante de Psicologia ou psicólogo a que remete o nome de Carl Rogers, é muito provável que uma grande maioria responda de pronto: técnicas de psicoterapia. Tal menção não é à toa, pois nos é passada, nos currículos e manuais de Psicologia, uma noção, no mínimo, incompleta da obra de Rogers. Ele mesmo, aliás, já reconhecia tal fato, quando afirmava: “para a maioria dos autores, a melhor maneira de lidar comigo é me considerar, em um parágrafo, como o autor de uma técnica – a ‘técnica não diretiva’ (...)” (1986, p. 32-33). Além disto, é possível observarmos que nas pesquisas posteriores à morte de Rogers ao redor do mundo, muito do que se produziu foram investigações em torno das atitudes facilitadoras na relação terapêutica (Kirschenbaum & Jourdan, 2005)

De fato, Rogers iniciou seu trabalho com psicoterapia infantil, através de crianças “problema” (Rogers, 1994). Contudo, ao desenvolver sua prática, percebeu que tais os métodos vigentes eram insuficientes e desenvolveu o que a princípio ficou conhecido como terapia não-diretiva (Rogers, 1978).

As mudanças se deram não apenas na nomenclatura, mas também em sua proposta do trabalho. O que, a princípio, era apenas o desenvolvimento de

uma técnica de psicoterapia ampliou-se para os diversos campos das relações humanas (Gobbi E Missel, 1998; Cury, 1987; Moreira, 2010), daí porque não mais apenas “Terapia Centrada no Cliente”, e sim “Abordagem Centrada na Pessoa”, ou seja, um método de trabalho que ultrapassa a própria dimensão da psicoterapia. Neste método de trabalho, que modificou sua aplicabilidade e concepções, dois aspectos se mantiveram: o que Rogers denominou de atitudes facilitadoras e sua noção do homem como um ser livre e pleno de potencialidades.

As atitudes facilitadoras, em número de três, são: consideração positiva incondicional, empatia e genuinidade. A primeira, de acordo com Rogers (1994), se dá “na medida em que o terapeuta se encontra experienciando uma aceitação calorosa de cada aspecto da experiência do cliente como sendo uma parte daquele cliente” (p. 163). Já a empatia diz respeito ao fato de o terapeuta (ou facilitador) “sentir o mundo privado do cliente como se ele fosse o seu, mas sem perder a qualidade ‘como se’” (Rogers, 1994, p. 165). Em relação à genuinidade, podemos defini-la como a capacidade de o terapeuta “(...) ser (...) uma pessoa integrada, genuína e congruente. Isto significa que ele está sendo livre e profundamente ele mesmo, com sua experiência real precisamente representada em sua conscientização de si mesmo” (Rogers, 1994, p. 161).

Já o reconhecimento da liberdade e da potencialidade humanas se dá a partir do conceito de tendência atualizante, um dos pilares da teoria rogeriana. Trata-se da capacidade dos seres humanos de crescer e se complexificar cada vez mais. Manifesta-se a partir do nível biológico a partir da multiplicação e diferenciação das primeiras células em um organismo complexo, e chega às diversas esferas da existência humana. Ao final de sua trajetória, Rogers reconhece esta tendência não apenas nos seres humanos, mas em todos os seres vivos do Universo, redefinindo-a como tendência formativa (Cavalcante JR & Sousa, 2008). Esta tendência é ilustrada na seguinte passagem:

[...] Quer estejamos falando sobre esta planta marinha, quer sobre um carvalho, sobre um verme da terra ou sobre uma grande mariposa voadora, sobre um macaco ou um homem, será bom reconhecer que a vida não é um processo passivo, mas ativo. Quer o estímulo provenha de dentro ou de fora, quer o ambiente seja favorável ou desfavorável, os comportamentos de um organismo serão dirigidos no sentido de ele manter-se, crescer e reproduzir-se [...] (Rogers, 2001b, p. 269).

No lastro de suas experiências e desses conceitos, Rogers publicou trabalhos sobre os mais diversos temas: psicoterapia, educação, filosofia da ciência psicológica, facilitação de grupos terapêuticos, mediação de conflitos a partir da ACP, relações conjugais, entre outros. A psicoterapia individual, foco inicial de seu trabalho, deu lugar à facilitação de processos humanos a partir de pressupostos e técnicas específicos.

Os trabalhos com grupos, inclusive, que se iniciaram com uma média doze pessoas por grupo, se ampliaram para trabalhos com até oitocentas pessoas (Rogers, 1983), como o workshop realizado em Recife, em 1977. Além disso, passaram de uma demanda de psicoterapia para a mediação de conflitos internacionais, na qual o objetivo era “(...) ver se um diálogo significativo poderia ser uma alternativa à violência” (Rogers, 2004), como no caso dos negros e brancos em situação de apartheid, na África do Sul. A preocupação de Rogers, portanto, ao fim de sua carreira, era de desenvolver uma prática que pudesse contribuir para a construção de um mundo de paz, cujo outro pudesse ser respeito por sua condição de ser humano (pessoa). Tal propósito, inclusive, fez com que seu nome fosse, em 1987 (ano de sua morte), indicado ao Nobel da paz (Holanda, 1998).

2. CARL ROGERS NA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Conforme afirmamos no início deste trabalho, falar de Rogers em Psicologia comunitária é, no mínimo, polêmico. Isto porque, se nos remetermos a publicações em Psicologia Comunitária no Brasil e demais países da América Latina (Campos, 2002; Góis, 1994; 2003; 2005; Montero, 2003; 2006; Martin-Baró, 1998), veremos referência positiva a Rogers apenas na produção de Góis.

Possivelmente, isso dá devido às críticas que a ACP sofreu, principalmente nos anos oitenta, na América Latina em geral. De acordo com estas críticas, a teoria de Rogers tinha um caráter planetário e alienador (Moreira, 2001; Freire, 1988) e não tematizava a luta de classes como o motor da história. Além disso, a origem da ACP – Estados Unidos, principal país capitalista – colaborou sobremaneira para que se associasse esta teoria ao imperialismo estadunidense. Fonseca (2006) comparando a teoria de Rogers com a Pedagogia do Oprimido (PO), por exemplo, “a ACP disseminou-se pelo mundo. Em parte em função da disseminação do poderio Norte-Americano do pós-guerra. Poderio este que contribuiu importantemente para a manutenção da exploração e da opressão por cuja transcendência milita a PO”.

Góis (1994) traz, na constituição de que concebe como Psicologia Comunitária, duas grandes novidades em relação a outros autores: a presença da Biodança e da perspectiva rogeriana. Já em 1985, Góis afirmava, em relação a um trabalho que desenvolvia no bairro Pirambu, da periferia de Fortaleza: “(...) estamos realizando um trabalho de extensão universitária no Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu, em Fortaleza, no qual adotamos, como proposta teórica, as reflexões de Paulo Freire, Rolando Toro e Carl Rogers” (Góis, 2003, p. 74).

Góis (2003) prossegue afirmando que, nos grupos que realizava neste trabalho, se exercitavam “(...) as intimidades verbal e não-verbal, assim como a consciência de si e da realidade sócio-econômica, através das estruturas do Grupo de Encontro (...) e do Círculo de Cultura (...), dentro de um clima psicossocial de espontaneidade, aceitação, empatia, diálogo e ação comunitária e política” (p. 74-75).

Nesse sentido, Góis se utiliza de alguns termos de Rogers, bem como cria outros, inspirados nas idéias rogerianas, no arcabouço que constitui suas práticas em Psicologia Comunitária. Os conceitos de poder pessoal, valor pessoal e núcleo de vida bem como a metodologia que Góis chama de Círculo de Encontro, juntamente com as condições facilitadoras definidas alhures, constituem o espectro teórico-metodológico da Psicologia Comunitária até os dias atuais (Góis, 2005). Vale ressaltar que os conceitos de valor pessoal e núcleo de vida, assim como a metodologia do Círculo de Encontro são criações de Góis inspiradas nas idéias de Rogers e que, até mesmo “poder pessoal” não é um conceito cunhado por Rogers. Em “Sobre o Poder Pessoal”, por exemplo, em nenhum momento Rogers define essa “noção” que dá nome à obra.

Para uma melhor compreensão do que Góis cria para a Psicologia Comunitária, inspirado nas idéias de Rogers apresentaremos, respectivamente, as definições dos conceitos valor pessoal, poder pessoal e núcleo de vida e da metodologia Círculo de Encontro.

Góis (2003, p. 51) define valor pessoal como “[...] um sentimento de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com o seu núcleo de vida, uma tendência natural para a realização”. Ainda segundo este autor, sentir-se capaz de influir em sua vida, individual e coletivo, são expressões do valor pessoal.

Quanto ao poder pessoal, Góis (2003, p. 51) o conceitua como “[...] a capacidade de influir na construção de relações saudáveis com os outros e com a realidade. É a potência com que se vive a cada momento, buscando o crescimento de si e do outro, e transformação da realidade”. Assim, podemos perceber que o poder pessoal pode ser caracterizado como o desdobramento do fortalecimento do valor pessoal, pois essa capacidade de influência do sujeito a que se refere Góis na passagem acima só se torna possível mediante uma percepção de si como ser capaz para tal.

Para Góis (1994), contudo, o fortalecimento do valor pessoal e do poder pessoal só é possível mediante o contato do sujeito com seu núcleo de vida – conceito muito próximo ao de tendência atualizante. Este seria a capacidade

natural que todos os seres vivos têm de superar as condições postas pela concretude, rumo à autonomia, e o cuidado de si e do outro.

Já o Círculo de Encontro é uma criação de Góis, a partir das idéias de Rogers e de Freire. Nele, objetiva-se trabalhar com um grupo questões sócio-psicológicas em que este se encontra envolvido. Busca-se criar e fortalecer um clima de aceitação e valorização de si e do outro, enfatizando com isso a importância dos laços de companheirismo, solidários, autênticos e amorosos. Segundo Góis (2003) “facilita o compartilhar de dificuldades e realizações pessoais, de sentimentos, de frustrações e de conflitos, assim como favorece a aceitação, o apoio e a proteção psicossocial. Permite a descoberta de si e do outro como seres sensíveis e autênticos – pessoas” (p. 56).

Aliás, a compreensão que Góis tem da obra de Rogers é, no mínimo, *sui generis*. Afinal, por que apenas este autor apresenta a práxis rogeriana como positividade para um trabalho de Psicologia Comunitária? Que potencialidade este autor enxerga na teoria rogeriana para que ela constitua o arcabouço teórico da Psicologia Comunitária?

Especificidades das contribuições da obra de Rogers para a Psicologia Comunitária

Talvez, Góis tenha visualizado, desde muito cedo, o que o próprio Rogers já parecia identificar em sua prática, quando comparou, no sexto capítulo de “Sobre o poder pessoal”, seu trabalho ao de Paulo Freire. No que pesem as diferenças entre ambos, é relevante o fato de Rogers ter escolhido exatamente o trabalho de Paulo Freire para comparar ao seu. Pensamos que tal escolha se deu por Rogers ter percebido que o poder é uma questão de suma importância para o desenvolvimento pessoal e que, por sua vez, o desenvolvimento pessoal é uma fundamental se quisermos de fato realizar um trabalho que reconheça o outro como protagonista de sua História. É neste sentido, por exemplo, que Rogers afirma:

Violência cega contra as pessoas não pode ocorrer e não ocorre em uma cultura em que cada indivíduo sente-se como parte de um processo em andamento e com finalidade. O indivíduo precisa estar completamente alienado da corrente principal da sociedade para que a violência impessoal se torne possível. Na China, uma cultura muito diferente da nossa, a violência impessoal ao acaso que é comum em nossas cidades é, pelo que se sabe, virtualmente desconhecida. Isto não se deve ao fato de os chineses serem incapazes de violência(...). Na vida diária, os chineses estão organizados em grupos locais com uma boa dose diária de autogoverno. Além disso, eles se

sentem, de modo surpreendente, interessados na reconstrução de seu país. Esse senso de um objetivo unificador parece, hoje em dia, completamente ausente em nosso país. Os objetivos proclamados são, na maioria, para manter o status quo ou para tornar-se maior e melhor tecnologicamente(...) (Rogers, 2001b, p.290).

No âmbito da prática com grupos em Psicologia Comunitária, podemos perceber com bastante clareza a importância que os elementos que Rogers apresenta como relevantes para qualquer facilitador de relações humanas – como as condições facilitadoras expostas alhures. É ingenuidade crer que uma mudança social prescindia de mudanças pessoais, pois, caso os processos de mudança não façam sentido para os grupos envolvidos, eles não participam (Rios, 1987;Vieira, 2008).

Quando nos remetemos a “fazer sentido”, falamos de algo que envolve um binômio afetivo-racional, reconhecendo sua indissociabilidade – fato já apontado por Leontiev (1982) ao tratar da relação entre atividade e consciência. O diálogo, portanto, que em Paulo Freire é tão enfatizado em sua dimensão problematizadora, pois transformador da realidade, conquista aqui uma faceta amorosa, pois mesmo que Freire (1996) discorresse acerca do bem-querer aos educandos (princípio ético de seu trabalho), não formalizou tal postura de maneira mais conceitual e operacional, diferentemente de Rogers com suas atitudes facilitadoras (Amatuzzi, 1989).

Reconhecer os moradores como pessoas, a partir das atitudes facilitadoras, significa superar a condição de “carentes” em que, por vezes, seja através de discursos, ou através da interação cotidiana, são colocados. Diz respeito, portanto, a reconhecê-los, através de atitudes (e não só de discursos ou técnicas), como seres cujas potencialidades lhes dão condições de superar as condições de opressão a que, por vezes, estão submetidos.

É evidente que um trabalho de Psicologia Comunitária baseado apenas na obra de Rogers é insuficiente (Moreira, 2007; 2009). A Psicologia Comunitária, a partir de sua diversa configuração teórica, mostra que nem mesmo a Psicologia lhe basta. Isto fica claro em Góis (1994), quando, ao definir as origens históricas da Psicologia Comunitária, se remete à Sociologia, à Antropologia, à Psicologia Social, à Psicologia Clínica, ao Serviço Social, a Educação, entre outras. Compreendemos que isto acontece devido à amplitude e complexidade da dinâmica comunitária, que não se divide em compartimentos bem delimitados, senão que envolve uma trama complexa e que, portanto, não pode ser compreendida a partir de uma única disciplina.

No caso da Psicologia Comunitária, lançar mão de diversas teorias, inclusive do trabalho de Rogers, para a intervenção em comunidades é corroborar com Martin-Baró (1998) quando este afirma que

uma teoria psicológica não é reacionária apenas pelo fato de vir dos Estados Unidos, como o que tenha sua origem na União Soviética não o converte automaticamente em progressista ou revolucionária. O que faz reacionária ou progressista uma teoria não é tanto seu lugar de origem quanto sua capacidade para explicar ou ocultar a realidade e, sobretudo, para reforçar ou transformar a ordem social (Martin-Baró, 1998, p. 293-294).

Compreendemos que, juntamente com um processo de conscientização (Freire, 1980; Vieira & Ximenes, 2008) a confirmação do outro como pessoa (ROGERS, 2001a) elemento deveras potente para ao que Martin-Baró nomeia de “transformação da ordem social”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmar a importância do poder para o desenvolvimento pessoal implica no reconhecimento da relevância de um sentimento de íntima e profunda valorização de si, ou seja, o reconhecimento de si como pessoa. Esta pessoa se reconhece, bem como reconhece o Outro, num movimento profundo de reciprocidade, ou seja, dialógico.

A resposta que, inspirados por Góis, produzimos a respeito de qual o sentido de uma inspiração na obra de Rogers para o desenvolvimento de um trabalho que aponte a necessidade de discutir demandas sociais urgentes (Martin-Baró, 1998) nos parece ser de duas ordens: uma ética e outra (intrínseca à anterior) metodológica.

A primeira diz respeito ao fato de o psicólogo que tem esse horizonte reconhecer o outro como pessoa, portanto como digno de valor, capaz de realizar transformações em sua vida (tanto no âmbito coletivo, quanto no individual) – valor pessoal e poder pessoal. Tal visão é corroborada por Amatuzzi (2010) quando este propõe a ACP como uma ética das relações humanas.

Já no plano metodológico, Rogers consegue sistematizar o ético, a partir do momento em que investiga a operacionalização deste através das “atitudes facilitadoras”, reinventadas por Góis através do Círculo de Encontro.

Pensamos que essa metodologia merece uma melhor investigação e sistematização a partir de uma pesquisa de campo, que aborde, sobretudo,

seus possíveis impactos no processo de conscientização de moradores, além de um melhor detalhamento teórico-metodológico. A Psicologia Comunitária proposta por Góis nos dá pistas quanto aos caminhos a serem percorridos nesta temática e a criação de algo novo quanto a este campo no corpo teórico-metodológico da ACP.

Apontamos, porém, uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento exige uma superação de Rogers (que não trabalhou com comunidades), necessita de um “retorno” ao criador da ACP. Não no intuito de repetir Rogers, senão que em seu aspecto investigativo, questionando-se o que significa utilizar esta teoria em diferentes contextos, conforme fez Góis, que não procura Psicologia Comunitária no trabalho de Rogers, mas o faz funcionar dentro desta área da Psicologia Social, tendo as questões sociais emergentes da América Latina como horizonte.

4. REFERÊNCIAS

- Amatuzzi, M. M. (1989). *O resgate da fala autêntica: filosofia da educação e da psicoterapia*. Campinas: Papirus.
- Amatuzzi, M. M. (2010). *Rogers: ética humanista e psicoterapia*. Campinas: Alínea.
- Belém, D (no prelo). *Carl Rogers: do diagnóstico à Abordagem Centrada na Pessoa*.
- Campos, R.H.F. (2002). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Cavalcante, J. R, F.S.; Sousa, A. F. (2008). *Humanismo de funcionamento pleno*. Campinas: Alínea.
- Cury, V. E. (1987). *Psicoterapia Centrada na Pessoa: Evolução das formulações sobre a relação terapeuta-cliente*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.
- Fonseca, A.H.L. (??). *Psicologia Humanista e Pedagogia do Oprimido: Um Diálogo Possível?* Disponível em: <<http://www.rogeriana.com/fonseca/psicopr.htm>> acesso em 10/12/2006.
- Freire, J.C. (1988). Retrospectiva Crítica da obra de Carl Rogers: da “terapia do relacionamento” à intuitividade dos “momentos de movimento”, *Revista de Psicologia. Fortaleza, número 6, volume 1*. p. 53-79.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, .
- Gobbi, S. L. e Missel, S.T (1998). *Abordagem Centrada na Pessoa: vocabulário e noções básicas*. Tubarão: Editora Univesitária Unisul.
- Góis, C.W.L. (1994). *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Editora Viver, .
- Góis, C.W.L. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.

- Góis, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.
- Holanda, A.F. (1998). *Diálogo e Psicoterapia: correlações entre Martin Buber e Carl Rogers*. São Paulo: Lemos.
- Kirschenbaum, H.; Jourdan, A. (2005). The current status of Carl Rogers and the person-centered approach. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*. Vol. 42, n° 1, 37-51.
- Leontiev, A. N. (1982). *Actividad, consciencia y personalidad*. Habana: Editorial Pueblo y Educación.
- Martin-Baró, I. M. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la Psicología Comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitária*. Buenos Aires: Paidós.
- Moreira, V. (2001). *Mas Allá de la persona: hacia una psicoterapia fenomenológica mundana*. Santiago: Editorial Universidad de Santiago.
- Moreira, V. (2007). *De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia*. São Paulo: Anna Blume.
- Moreira, V. (2009). *Clínica Humanista-Fenomenológica: estudos em psicoterapia e psicopatologia crítica*. São Paulo: Anna Blume.
- Moreira, V. (2010, out.-dez.). Revisitando as fases da Abordagem Centrada na Pessoa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 27 (4).
- Rios, J.A. (1987). *Educação dos grupos*. São Paulo: EPU.
- Rogers, C.R. (1983). *Um jeito de ser*. São Paulo: EPU.
- Rogers, C.R. (1994). *Tornar -se Pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rogers, C.R. (2001a). *Tornar-se Pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rogers, C.R. (2001b). *Sobre o Poder Pessoal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rogers, C.R.; Rosenberg, R. L. (1986). *A pessoa como centro*. São Paulo: EPU.
- Vieira, E. M. (2008). *Atividade comunitária e conscientização: uma investigação a partir dos modos de participação social*. Dissertação (mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará.
- Vieira, E. M. & Ximenes, V.M. (2008, jan.-mar.). Conscientização: em que interessa este conceito à Psicologia? *Psicol. Argum*, 26(52), 23-3.